

Dívida externa causa déficit de R\$ 1,3 bilhão em outubro

18 NOV 1995
JORNAL DE BRASÍLIA

O secretário do Tesouro Nacional, Murilo Portugal, informou ontem que o Tesouro registrou, no mês de outubro, um déficit operacional de R\$ 1,388 bilhão. Esse déficit foi atribuído ao pagamento de juros da dívida externa realizado no mês passado e que atingiu um montante equivalente a R\$ 1,378 bilhão. No conceito primário (que não inclui o pagamento de juros), o Tesouro registrou um superávit de R\$ 648 milhões.

Portugal explicou que os pagamentos relativos ao acordo de renegociação da dívida externa, que atingiram R\$ 1,218 bilhão, abrangem não apenas a parcela de juros semestrais com vencimento no dia 15 de outubro, como também a integralização do restante das garantias contratuais previstas no Plano Brasileiro de Financiamento, no valor de R\$ 516 milhões, que estava prevista para ser feita apenas em abril do próximo ano.

Essa antecipação foi explicada como importante para reduzir o chamado risco Brasil e melhorar a

performance do País no mercado internacional.

No período de janeiro a outubro deste ano, o déficit operacional acumulado pelo Tesouro alcançou R\$ 2,647 bilhões. Embora a receita tributária tenha crescido 10,8% nesse período, as despesas totais subiram 15%.

Razões — Portugal apresentou quatro razões para o déficit: o aumento dos gastos com os salários do funcionalismo público, as despesas com os benefícios da Previdência Social, o fim do imposto inflacionário e o aumento das despesas com juros. “As despesas com pessoal cresceram 29% este ano, em termos reais, em comparação com 1994”, disse o secretário.

A deterioração das contas públicas, segundo Portugal, pode ser verificada pela redução do superávit primário do Tesouro que, nos primeiros dez meses deste ano, foi R\$ 7,871 bilhões. No mesmo período do ano passado, esse superávit foi de R\$ 9,286 bilhões. “Isso aconteceu mesmo com todo o au-

mento de receita que tivemos”, afirmou.

A rigor, no entanto, as despesas relativas a 1994 não podem ser comparadas com os gastos de 1995. No ano passado, o Governo pagou duas folhas de salários em abril, porque antecipou o pagamento do funcionalismo público do início do mês seguinte para o final do mês devido.

Este ano, houve um movimento inverso. O Governo passou a pagar 70% dos salários dos servidores apenas no segundo dia útil do mês seguinte ao mês devido. Com essa medida, o Governo adiou para 1996 cerca de R\$ 2 bilhões.

O Governo estuda também a possibilidade de adiar para janeiro o pagamento da segunda parcela do 13º salário dos funcionários públicos. Se essa medida for adotada, R\$ 1,7 bilhão será jogado para o próximo ano. Com os R\$ 2 bilhões já adiados, o Governo conseguiria reduzir as despesas de 1995 em R\$ 3,7 bilhões, ou cerca de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB).